



RELATÓRIO FINAL DO PREGÃO 03/2020

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, de apoio administrativo e operacional, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I Edital 03/2020, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 15h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 71/2019, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, o item foi aberto para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que a licitante CS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA apresentou a melhor oferta para o item único do certame, com o lance de R\$ 2.020.409,80. Questionada se confirmava a proposta, a licitante declinou da mesma, alegando que houve equívoco no dimensionamento do valor. A proposta então foi recusada.

Com a recusa da oferta da CS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, a JCWS SERVICOS DE LIMPEZA E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIREL passou a ser a detentora do melhor lance para o item, com o valor de R\$ 2.694.999,00.

Foi solicitado então que a mesma encaminhasse, através da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços, demonstrando como chegou ao valor proposto, conforme Anexo III (PROPOSTA- PADRÃO). A documentação foi enviada (documento nº 39340/2020) dentro do prazo estabelecido e, após análise da planilha, identificou-se a existência de erros que necessitavam ser corrigidos pela licitante. Tendo em vista a condição 8.17 do Edital, foi aberto novo prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que a empresa reenviasse as planilhas escoimadas dos vícios identificados. A solicitação foi atendida no prazo estabelecido (doc. 41898/2020). Foi aberta, então, uma tentativa de negociação para redução do preço, conforme estabelece a Seção IX do Edital 14/2019 (Da Negociação). A licitante não concordou em reduzir o preço, tendo sua proposta aceita por se encontrar dentro do estimado para contratação.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a avaliação dos documentos juntados pela licitante para esse fim, quando da apresentação de sua proposta (doc. 45357/2020).

Analisada a documentação, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (doc. 45357/2020, página 01);
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (doc. 45357/2020, página 02);
- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 09/10/2020 (doc. 45357/2020, página 04).

Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Para fins de apuração da regularidade fiscal, verificou-se no SICAF que a licitante possuía:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação ativa (doc. 45357/2020, página 03);
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 09/03/2020 (doc. 45357/2020, página 03);
- Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 31/03/2020 (doc. 45357/2020, página 03);
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 11/03/2020 (doc. 45357/2020, página 06);
- Regularidade trabalhista, com validade até 09/08/2020 (doc. 45357/2020, página 03).

Com relação à qualificação econômico-financeira da empresa, o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível (2018), obtido em consulta ao SICAF, evidenciou os seguintes índices (doc. 45357/2020, páginas 08-20):

- Índices de Liquidez Geral (LG): 1.674,88;
- Liquidez Corrente (LC): 1.674,88;
- Solvência Geral (SG): 1.674,88;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 513.368,53 . Superior, portanto, a R\$ 156.296,57 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral).

O Patrimônio Líquido apresentado foi de R\$ 513.062,02, que é superior a R\$ 93.815,47 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral).

Com relação à certidão negativa de feitos sobre falência, verificou-se que o referido documento não foi acostado no campo destinado à juntada dos documentos de habilitação no momento da apresentação da proposta, conforme estabelece o item 4.1. do Edital. A certidão foi enviada pela licitante apenas após o término da fase de lances, durante a entrega das planilhas de custos e formação de preços, o que é vedado na licitação para fins de habilitação (doc. 41883/2020, página 03).

No cadastro da licitante no SICAF, identificamos a existência de certidão negativa de feitos sobre falência (doc. 45357/2020, página 07), expedida em 30/10/2019, com validade de 30 dias, estando, portanto, vencida na data da abertura do certame. Assim, não restou atendido o item.

Por fim, para fins de habilitação técnica, segundo o Edital 03/2020, a licitante deveria:

- Comprovar que gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 20 (vinte) postos de trabalho;
- Comprovar experiência mínima de 03 anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação.

Objetivando demonstrar sua aptidão para o desempenho da atividade, a JCWS SERVICOS apresentou dois atestados: o primeiro (doc. 45357/2020, página 25), emitido pela empresa ASJ ASSESSORIA TRANSPORTE EIRELI em 20/11/2014, que atesta a disponibilização de 08 postos no período de 02/09/2013 a 30/10/2014. O segundo (doc. 45357/2020, página 26), emitido pela empresa POSTO J. REIS LTDA em 11/08/2014, atestando a disponibilização de 06 postos no período de 01/08/2013 a 30/07/2014.

Com os referidos atestados a licitante comprovou, apenas, a gerência de 14 postos e um período de 01 ano, dois meses e 29 dias.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

A qualificação técnica, portanto, também não foi demonstrada.

Tendo em vista o acima exposto, a JCWS SERVICOS foi inabilitada para o certame, por não apresentar certidão negativa de feitos sobre falência vigente e por não comprovar que gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 20 (vinte) postos de trabalho e não comprovar experiência mínima de 03 anos na prestação de serviços terceirizados.

Com a inabilitação da JCWS SERVICOS, a M.PINHEIRO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA passou a ser a detentora do melhor lance para o item, com o valor de R\$ 2.694.999,99.

Foi solicitado então que a mesma encaminhasse, através da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços, conforme Anexo III (PROPOSTA- PADRÃO). A documentação foi enviada dentro do prazo estabelecido (docs. 44046/2020 e 44048/2020) e, após análise da planilha, identificou-se a existência de erros que necessitavam ser corrigidos. Tendo em vista a condição 8.17 do Edital, foi aberto novo prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio de novas planilhas escoimadas dos vícios identificados. A solicitação foi atendida no prazo estabelecido (doc. 44601/2020). Foi aberta, então, uma tentativa de negociação para redução do preço, que restou frustrada. A proposta foi aceita por se encontrar dentro do estimado para contratação.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a avaliação dos documentos juntados pela licitante para esse fim no momento da apresentação da proposta.

Analizada a documentação, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (doc. 44909/2020);
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (doc. 44909/2020).
- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 20/11/2020. Na oportunidade foi verificado que o objeto social da empresa é pertinente e compatível com o objeto da licitação (doc. 44912/2020).
- Foi apresentada prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação ativa (doc. 44914/2020).



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 14/03/2020 (doc. 44914/2020);
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 25/03/2020 (doc. 44914/2020);
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Municipal, emitida em 26/01/2020, válida por 90 dias (doc. 44914/2020);
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 31/07/2020 (doc. 44914/2020).

Com relação à qualificação econômico-financeira da empresa, o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível (2018) apresentado evidenciou os seguintes índices (doc. 44915/2020):

- Índices de Liquidez Geral (LG): 2,68;
- Liquidez Corrente (LC): 2,68;
- Solvência Geral (SG): 6,70.

Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 502.372,52. Superior, portanto, a R\$ 155.834,64 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral).

O Patrimônio Líquido de R\$ 1.709.064,30 apresentado é superior a R\$ 93.538,19 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral).

Foi apresentada certidão negativa de feitos sobre falência, com validade até 04/04/2020.

Por fim, para fins de habilitação técnica, segundo o Edital 03/2020, a licitante deveria apresentar:

- Comprovação que gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 20 (vinte) postos de trabalho.
- Comprovação de experiência mínima de 03 anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação.

Objetivando demonstrar sua aptidão para o desempenho da atividade, a M.PINHEIRO CONSTRUCOES E SERVICOS apresentou 03 atestados (doc. 44916/2020): o



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

primeiro, emitido pela FACULDADE SANTO ANTONIO em 11/08/2015, comprovando a disponibilização de 50 postos no período de 01/07/2013 a 01/07/2014 (01 ano). O segundo, emitido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO em 11/08/2014, atestando 82 postos no período de 01/02/2019 a 19/07/2019 (05 meses e 18 dias). O terceiro, emitido pela empresa SP SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI em 06/12/2019, com 43 postos no período de 01/09/2017 a 30/09/2019 (02 anos e 01 mês).

Com a documentação acima, a licitante comprovou a gerência de 175 postos e um período de 03 anos e 01 mês de prestação de serviços terceirizados, evidenciando sua habilitação técnica para a licitação.

Foram, ainda, realizadas as seguintes consultas (doc. 44953/2020):

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

Diante do exposto, a M.PINHEIRO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA foi habilitada ao item do pregão e declarada vencedora do certame.

Finalizado o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação, sendo a sessão encerrada.

Os preços constantes das propostas foram registrados na Ata, que foi juntada ao processo através dos documentos nº 45457/2020 e 45458/2020.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.
De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, 13 de março de 2020.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro